



Ministério da  
Agricultura,  
do Desenvolvimento  
Rural e das Pescas

**DGADR**  
Direcção-Geral  
de Agricultura e  
Desenvolvimento Rural

# PROGRAMAÇÃO

**PLANO DE GESTÃO DE RISCOS  
DE CORRUPÇÃO E INFRACÇÕES  
CONEXAS**

# DGADR

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS  
DIRECÇÃO-GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

# PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRACÇÕES CONEXAS



LISBOA  
2009

## ÍNDICE

<b>Parte I</b>	<b>- 4 -</b>
1 – Introdução	- 4 -
2 – Missão e atribuições da Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural	- 4 -
2.1 – Missão	- 4 -
2.2 – Atribuições	- 4 -
3 – Visão	- 6 -
4 – Valores	- 6 -
5 – Princípios Éticos	- 6 -
6 – Estrutura Orgânica	- 7 -
<b>Parte II</b>	<b>- 11 -</b>
7 – Identificação dos Riscos de corrupção e infracções conexas e medidas preventivas	- 11 -
8 – Medidas Complementares	- 25 -
<b>Parte III</b>	<b>- 26 -</b>
9 – Controlo e Monitorização do Plano	- 26 -

## **Parte I**

### **1 – Introdução**

Tendo presente a recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção, de 1 de Julho de 2009, a DGADR apresenta o seu Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas.

O presente documento representa o resultado de uma reflexão que envolveu muitos colaboradores desta casa, sobretudo os seus dirigentes que motivou no decurso da sua preparação um novo olhar para os procedimentos em uso e para a necessidade de aprofundar esta reflexão e aperfeiçoar o presente Plano.

Não há memória de algum caso de corrupção envolvendo dirigentes ou colaboradores da DGADR, no entanto o presente Plano apresenta-se como uma mais valia em termos de uma visão transversal de potenciais actos de corrupção e das medidas preventivas, ou seja para a implementação de uma gestão de riscos.

Aplica-se aos dirigentes e a todos os colaboradores, competindo a responsabilidade pela sua implementação ao Director-Geral e a toda a equipa dirigente.

### **2 – Missão e atribuições da Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural**

#### **2.1 – Missão**

**PROMOVER A VALORIZAÇÃO, A COMPETITIVIDADE E A SUSTENTABILIDADE DA AGRICULTURA  
E DOS TERRITÓRIOS RURAIS**

#### **2.2 – Atribuições**

A Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, abreviadamente designada por DGADR, é um serviço central do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, criado pelo Decreto-Lei n.º 209/2006, de 27 de Outubro, dotado de autonomia administrativa.

Conforme estipula o Decreto Regulamentar n.º 8/2007, de 27 de Fevereiro:

- Tem por missão contribuir para a execução das políticas nos domínios da agricultura, dos recursos genéticos vegetais, da fitossanidade e dos produtos fitofarmacêuticos, dos materiais de multiplicação de plantas e de variedades vegetais, do regadio e da gestão dos aproveitamentos hidroagrícolas, da protecção dos recursos naturais e da gestão sustentável do território, da qualificação dos agentes rurais e da valorização e diversificação económica das zonas rurais, propondo as medidas e instrumentos de política dos recursos genéticos vegetais, da fitossanidade e dos produtos fitofarmacêuticos, dos materiais de multiplicação de plantas e de variedades vegetais, do regadio e da gestão dos aproveitamentos hidroagrícolas, da protecção dos recursos naturais e da gestão sustentável do território, da qualificação dos agentes rurais e da valorização e diversificação económica das zonas rurais, propondo as medidas e os instrumentos de política, promovendo a respectiva aplicação e participando no seu acompanhamento e avaliação, sendo o serviço investido nas funções de autoridade nacional do regadio, assim como de autoridade fitossanitária nacional.
- Prossegue as seguintes atribuições:
  - a) Contribuir para a formulação da estratégia, das prioridades e objectivos e participar na elaboração de planos, programas e projectos nas áreas da sua missão;
  - b) Promover o desenvolvimento económico e social das zonas rurais, designadamente através da qualificação e valorização dos territórios e da diversificação económica;
  - c) Promover a viabilização das explorações agrícolas;
  - d) Dinamizar uma política de sustentabilidade dos recursos naturais, do regadio e do desenvolvimento dos aproveitamentos hidroagrícolas, nomeadamente, e sem prejuízo de externalização, a promoção e acompanhamento e fiscalização da obra hidráulica;
  - e) Assegurar a protecção e a valorização dos recursos genéticos vegetais;
  - f) Executar a política de protecção das culturas;
  - g) Desenvolver as funções de autoridade nacional de regadio, representando o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (MADRP) em matérias relacionadas com a utilização da água na agricultura, participando na definição da política nacional da água e elaborando, coordenando, acompanhando e avaliando a execução do Plano Nacional do Regadio, criando e mantendo actualizado um sistema de informação sobre o regadio e sobre as infra-estruturas hidroagrícolas que o sustentam;
  - h) Desenvolver as funções de autoridade fitossanitária nacional, preparando as normas necessárias a uma eficaz regulamentação do sector dos produtos fitofarmacêuticos, promovendo a sua correcta utilização e colaborando na concepção e execução de

programas de monitorização dos resíduos de pesticidas e de controlo de formulações de pesticidas no mercado, assegurando o cumprimento das obrigações nacionais, comunitárias e internacionais, bem como elaborando e implementando os programas de âmbito ou relevância nacional destinados a garantir o bom estado fitossanitário das culturas.

### 3 – Visão

SER A AUTORIDADE DE EXCELÊNCIA NAS ÁREAS FITOSSANITÁRIA E DO REGADIO E UMA REFERÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO RURAL.

### 4 – Valores

COMPETÊNCIA  
TRANSPARÊNCIA  
INOVAÇÃO  
PARTILHA  
EQUIDADE

### 5 – Princípios Éticos

A DGADR, os seus dirigentes e colaboradores regem a sua actividade pelos princípios éticos da Administração Pública:

#### 1.º - Princípio do Serviço Público

Os funcionários encontram-se ao serviço exclusivo da comunidade e dos cidadãos, prevalecendo sempre o interesse público sobre os interesses particulares ou de grupo.

#### 2.º - Princípio da Legalidade

Os funcionários actuam em conformidade com os princípios constitucionais e de acordo com a lei e o direito.

### **3.º - Princípio da Justiça e da Imparcialidade**

Os funcionários, no exercício da sua actividade, devem tratar de forma justa e imparcial todos os cidadãos, actuando segundo rigorosos princípios de neutralidade.

### **4.º - Princípio da Igualdade**

Os funcionários não podem beneficiar ou prejudicar qualquer cidadão em função da sua ascendência, sexo, raça, língua, convicções políticas, ideológicas ou religiosas, situação económica ou condição social.

### **5.º - Princípio da Proporcionalidade**

Os funcionários, no exercício da sua actividade, só podem exigir aos cidadãos o indispensável à realização da actividade administrativa.

### **6.º - Princípio da Colaboração e da Boa Fé**

Os funcionários, no exercício da sua actividade, devem colaborar com os cidadãos, segundo o princípio da Boa Fé, tendo em vista a realização do interesse da comunidade e fomentar a sua participação na realização da actividade administrativa.

### **7.º - Princípio da Informação e da Qualidade**

Os funcionários devem prestar informações e/ou esclarecimentos de forma clara, simples, cortês e rápida.

### **8.º - Princípio da Lealdade**

Os funcionários, no exercício da sua actividade, devem agir de forma leal, solidária e cooperante.

### **9.º - Princípio da Integridade**

Os funcionários regem-se segundo critérios de honestidade pessoal e de integridade de carácter.

### **10.º - Princípio da Competência e Responsabilidade**

Os funcionários agem de forma responsável e competente, dedicada e crítica, empenhando-se na valorização profissional.

## **6 – Estrutura Orgânica**

A Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural tem o seu enquadramento legal nos seguintes diplomas:

- ➡ Decreto Regulamentar n.º 8/2007, de 27 de Fevereiro, que aprova a sua Lei Orgânica;

- ➔ Portaria n.º 219-C/2007, de 28 de Fevereiro, que estabelece a estrutura nuclear e as competências das respectivas unidades orgânicas;
- ➔ Portaria n.º 1342/2007, de 11 de Outubro, que fixa o número máximo de unidades orgânicas flexíveis e a dotação máxima de chefes de equipa multidisciplinares;
- ➔ Despacho n.º 9185/2007, de 23 de Março, que determina a composição das unidades orgânicas nucleares e as respectivas competências.

De acordo com o disposto no Decreto Regulamentar n.º 8/2007, de 27 de Fevereiro, na Portaria n.º 219-C/2007, de 28 de Fevereiro, e no Despacho n.º 9185/2007, de 23 de Março, a DGADR encontra-se assim estruturada:

#### **Director-Geral**

- Subdirector-Geral
- Subdirector-Geral

#### **Conselho Nacional do Regadio**

#### **Conselho Nacional de Protecção das Culturas**

### **Serviços de Apoio**

#### **Direcção de Serviços de Informação, Gestão e Administração (DSIGA)**

- Divisão de Organização e Gestão de Recursos Humanos (DOGRH)
- Divisão de Gestão Financeira e Controlo Orçamental (DGFCO)
- Divisão de Planeamento, Documentação e Informática (DPDI)

### **Serviços Operativos**

#### **Direcção de Serviços de Agricultura, dos Territórios e Agentes Rurais (DSATAR)**

- Divisão de Apoio às Explorações Agrícolas (DAEA)
- Divisão de Formação e Associativismo (DFA)
- Equipa de Promoção e Desenvolvimento dos Territórios Rurais (EPDTR)

**Direcção de Serviços de Hidráulica e Engenharia Agro-Rural (DSHEAR)**

- Divisão de Infra-estruturas Hidráulicas (DIH)
- Divisão de Engenharia Agro-Rural (DEA)
- Equipa de Mecanização e Apoio a Projectos (EMAP)

**Direcção de Serviços de Regadio e dos Recursos Naturais (DSRRN)**

- Divisão de Planeamento do Regadio e dos Solos (DPRS)
- Divisão do Regadio e da Qualidade da Água (DRQA)

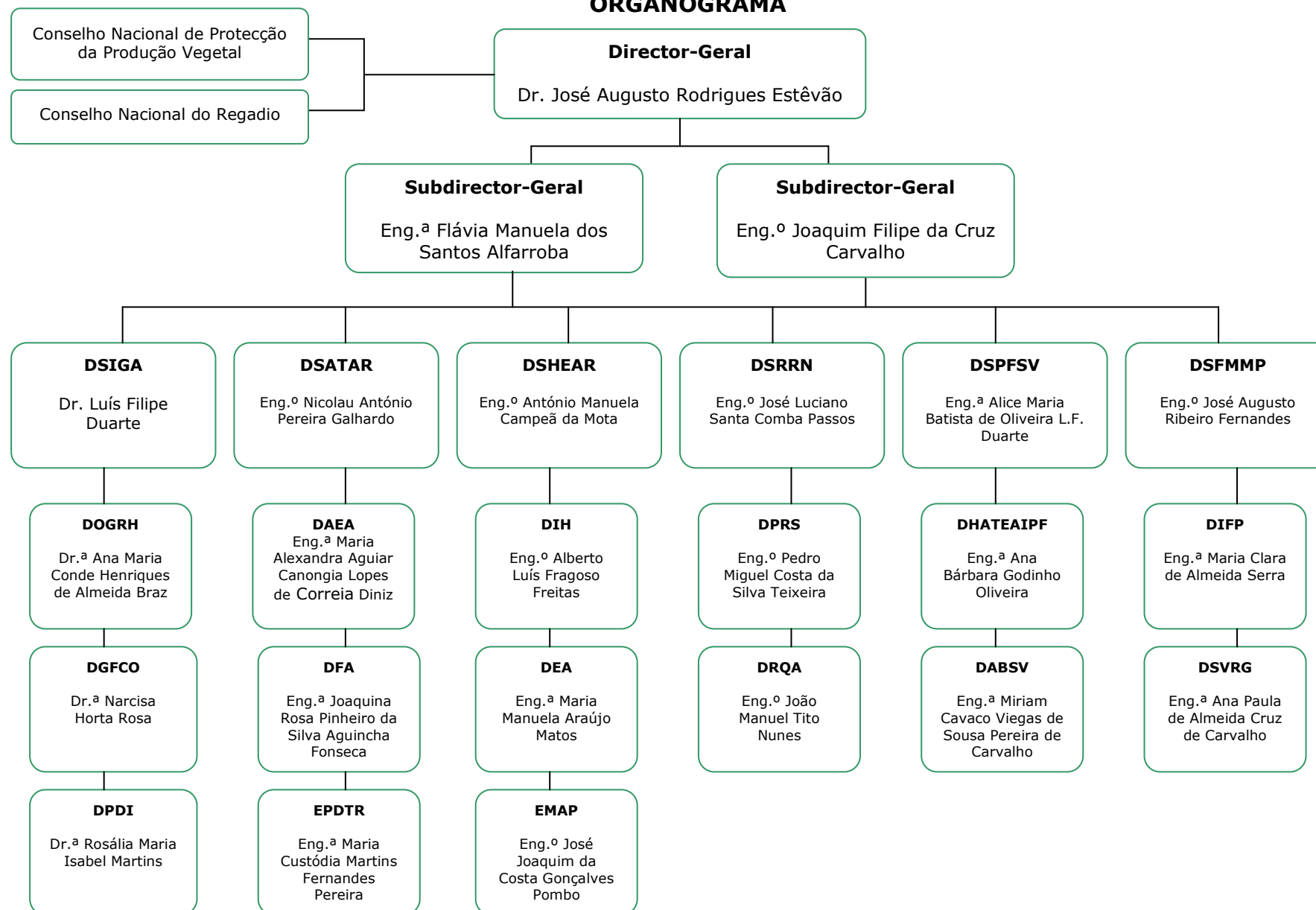
**Direcção de Serviços de Produtos Fitofarmacêuticos e de Sanidade Vegetal (DSPFSV)**

- Divisão de Homologação e de Avaliação Toxicológica, Ecotoxicológica, Ambiental e da Identidade de Produtos Fitofarmacêuticos (DHATEAIPF)
- Divisão de Avaliação Biológica e de Sanidade Vegetal (DABSV)

**Direcção de Serviços da Fitossanidade e de Materiais de Multiplicação de Plantas (DSFMMP)**

- Divisão de Inspecção Fitossanitária e Propágulos (DIFP)
- Divisão de Sementes, Variedades e Recursos Genéticos (DSVRG)

## ORGANOGRAMA



## **Parte II**

### **7 – Identificação dos Riscos de corrupção e infracções conexas e medidas preventivas**

Como regra, o processo de decisão utilizado na DGADR assenta na elaboração de propostas pelas estruturas técnicas competentes, acompanhadas pelos dirigentes directos das mesmas, a que se segue, através do mecanismo da “Informação”, a emissão de pareceres e de propostas por parte do Chefe de Divisão e do Director de Serviços, cabendo a decisão à direcção de topo da instituição.

Para as diversas áreas de actuação existe legislação de enquadramento, nomeadamente no que se refere a emissão de pareceres condicionantes de licenciamentos, reconhecimentos, ou benefícios fiscais assim como para aquelas em que a DGADR tem competência para licenciar, reconhecer, certificar, autorizar a venda ou o exercício de actividade. No que se refere à aquisição de bens, serviços, estudos e empreitadas de Obras Públicas existe uma experiência acumulada de aplicação da legislação no domínio da contratação pública, reforçada no decurso do corrente ano com a realização de um curso específico sobre o novo regime, frequentado por 22 dirigentes e colaboradores.

Não obstante, o risco de decisão incorrecta, influenciada ou não, propositadamente, por pessoas com interesse particular, existe e constitui preocupação da DGADR.

A gestão deste risco e em particular do risco de corrupção (apropriação ilegítima da coisa pública) é uma actividade de natureza transversal que tem por objectivo salvaguardar aspectos indispensáveis na tomada de decisões, e que estas se revelem conformes com a legislação vigente e com os procedimentos em vigor.

Trata-se de um processo de análise metódica dos riscos inerentes às actividades desenvolvidas, tendo por objectivo a defesa e protecção de cada interveniente nos diversos processos, e simultaneamente do interesse colectivo. Envolve a identificação de riscos associados às actividades, a sua análise metódica e a tomada de medidas preventivas.

No quadro seguinte, organizado por unidades orgânicas e actividades susceptíveis de risco, identificam-se os riscos potenciais e as medidas preventivas.

PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS

Direcção Serviços	Unidade Flexível	Actividades susceptíveis de risco	Actos associados	Riscos identificados	Intervenientes (Responsabilidade)	Medidas Preventivas
DSIGA	DGFCO	Aquisição de Bens e Serviços	Processos de aquisição de bens e serviços	Aquisições diversas ao mesmo fornecedor	DECISÃO: Órgão Competente -Director-Geral (DG)  Proposta: Chefe de Divisão e Director de Serviços  Elaboração de proposta: Colaborador da Unidade Orgânica (U.O)	◊ Implementação de controlo de montantes totais adjudicados em ajustes directos
				◊ Melhoria dos procedimentos existentes visando o reforço das medidas de prevenção		
			◊ Aumento da rotatividade de fornecedores/prestadores de serviços			
			Supressão dos procedimentos necessários/fases de realização de despesa (ex. cabimentação prévia e autorização da despesa pelo órgão competente)	◊ Maior informação e sensibilização dos trabalhadores sobre as fases obrigatórias nos procedimentos de contratação		
			Aquisição de bens	Repetição de procedimentos de aquisição do mesmo bem/serviço ao longo do ano	◊ Maior exigência na planificação das actividades com a adequada antecedência (Plano de Actividades); melhoria do processo de gestão	
				Fraccionamento da despesa	◊ Maior exigência na planificação das actividades com a adequada antecedência (Plano de Actividades); melhoria do processo de gestão	
Verificação de material aquando da sua recepção.	Desvio ou não fiscalização da quantidade e qualidade dos bens recebidos	◊ Conferência física do inventário no final do ano				

PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS

Direcção Serviços	Unidade Flexível	Actividades susceptíveis de risco	Actos associados	Riscos identificados	Intervenientes (Responsabilidade)	Medidas Preventivas
DSATAR	DAEA DFA EPDTR	Aquisição de Estudos e Serviços	Adjudicação	Favorecimento na escolha do Adjudicatário	DECISÃO: Órgão Competente (Ministro, Secretário de Estado, DG)  Proposta: Júri do Procedimento	<ul style="list-style-type: none"> <li>◇ Diversificar a composição do júri <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Nomeações rotativas por Ordens de Serviço Publicadas na Intranet</li> </ul> </li> <li>◇ Acautelar situações de impedimento na composição do júri ou de quem preparar o procedimento <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Apresentação de declaração de não impedimento</li> </ul> </li> </ul>
	DAEA	Emissão de pareceres sobre operações de Emparcelamento Simples	Elaboração de declaração	Favorecimento de beneficiário de emparcelamento	DECISÃO: Órgão Competente (DG)  Proposta: Chefe de Divisão e Director de Serviços  Elaboração de proposta: Técnico da U.O.	<ul style="list-style-type: none"> <li>◇ Chek list de documentação apresentada</li> <li>◇ Manual de procedimento</li> </ul>
		Arrendamento de parcelas da Reserva de Terras do Emparcelamento	Contrato de arrendamento	Favorecimento na escolha do rendeiro	DECISÃO: Órgão Competente (DG)  Proposta: Chefe de Divisão e Director de Serviços  Seleção do rendeiro (quando necessária): Técnico da U.O.	<ul style="list-style-type: none"> <li>◇ Aviso afixado em locais públicos na área onde se situam os prédios a arrendar, com indicação de: data limite para apresentação das propostas, critérios para estabelecimento da renda e critérios de selecção dos candidatos</li> </ul>
		Actos de gestão das candidaturas da medida "Cessação da Actividade Agrícola" e "Reforma Antecipada"	Substituição de cessionário	Facilitar a verificação das condições necessárias ao cessionário	DECISÃO: Órgão Competente (DG)  Proposta: Chefe de Divisão e Director de Serviços  Elaboração de parecer: Técnico da U.O.  Elaboração de proposta: DRAP	<ul style="list-style-type: none"> <li>◇ Verificação do cumprimento da legislação aplicável</li> </ul>

PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS

Direcção Serviços	Unidade Flexível	Actividades susceptíveis de risco	Actos associados	Riscos identificados	Intervenientes (Responsabilidade)	Medidas Preventivas
DSATAR (cont.)	DAEA (cont.)	Controlo da medida "Cessação da Actividade Agrícola"	Seleção da amostra	Favorecimento de beneficiário na seleção da amostra de controlo	DECISÃO: Órgão Competente (DG) Proposta: Chefe de Divisão e Director de Serviços Elaboração de proposta: Técnico da U.O.	<ul style="list-style-type: none"> <li>◊ Procedimento aprovado pelo órgão competente (DG)</li> <li>◊ Utilização de programa de selecção aleatória dos beneficiários a controlar</li> </ul>
			Análise dos resultados de controlo	Favorecimento na verificação dos resultados de controlo	Validação de proposta a submeter a decisão do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP): Órgão Competente (DG) Proposta: Chefe de Divisão e Director de Serviços Elaboração de parecer: Técnico da U.O. Elaboração de proposta: Direcção Regional de Agricultura e Pescas (DRAP)	<ul style="list-style-type: none"> <li>◊ Circular normativa</li> <li>◊ Ficha de controlo</li> </ul>
		Reconhecimento e acompanhamento de entidades para prestação de serviços de aconselhamento agrícola	Reconhecimento	Facilitar a verificação e comprovação dos elementos necessários ao reconhecimento	DECISÃO: Órgão Competente (DG, na qualidade de Autoridade de Gestão do Serviço de Aconselhamento Agrícola) Proposta: Chefe de Divisão e Director de Serviços Seleção do rendeiro (quando necessária): Técnico da U.O.	<ul style="list-style-type: none"> <li>◊ Anúncio do início do processo de reconhecimento e caderno de encargos divulgados na página internet da DGADR.</li> <li>◊ Publicitada no mesmo site a identificação de todas as entidades reconhecidas.</li> </ul>
			Acções de acompanhamento	Favorecimento na seleção da amostra de acompanhamento;	DECISÃO: Órgão Competente (DG) Proposta: Chefe de Divisão e Director de Serviços	<ul style="list-style-type: none"> <li>◊ Procedimento aprovado pelo órgão competente (DG)</li> <li>◊ Utilização de programa de selecção aleatória dos beneficiários a controlar</li> </ul>

PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS

Direcção Serviços	Unidade Flexível	Actividades susceptíveis de risco	Actos associados	Riscos identificados	Intervenientes (Responsabilidade)	Medidas Preventivas
				Favorecimento na verificação dos resultado	Elaboração de proposta: Técnico da U.O.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Manual de procedimentos</li> <li>Ficha de acompanhamento</li> <li>Acções realizadas por pelo menos 2 técnicos</li> </ul>
DSATAR (cont.)	DAEA (cont.)	Reconhecimento de técnicos para prestação de serviços de apoio técnico em "Modo de Produção Integrada" e "Modo de Produção Biológico"	Reconhecimento	Facilitar a verificação e comprovação dos elementos necessários ao reconhecimento	DECISÃO: Órgão Competente (DG) Proposta: Chefe de Divisão e Director de Serviços Elaboração de proposta: Técnico da U.O.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Chek list da documentação apresentada</li> <li>Manual de procedimentos</li> <li>Divulgação dos técnicos reconhecidos na página Internet da DGADR</li> </ul>
	DFA	Homologação de acções de formação	Homologação	Facilitar a verificação e comprovação dos elementos necessários ao reconhecimento	DECISÃO: Órgão Competente (DG) Proposta: Chefe de Divisão e Director de Serviços Elaboração de proposta: Técnico da U.O.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Chek list da documentação apresentada</li> <li>Manual de procedimentos</li> </ul>
		Reconhecimento da natureza agrícola das cooperativas.	Reconhecimento	Facilitar a verificação e comprovação dos elementos necessários ao reconhecimento	DECISÃO: Órgão Competente (DG) Proposta: Chefe de Divisão e Director de Serviços Elaboração de proposta: Técnico da U.O.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Chek list da documentação apresentada</li> <li>Manual de procedimentos</li> <li>Divulgação das Cooperativas reconhecidas na página Internet da DGADR</li> </ul>

PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS

Direcção Serviços	Unidade Flexível	Actividades susceptíveis de risco	Actos associados	Riscos identificados	Intervenientes (Responsabilidade)	Medidas Preventivas
		Reconhecimento de Sociedades de Agricultura de Grupo	Reconhecimento	Facilitar a verificação e comprovação dos elementos necessários ao reconhecimento	DECISÃO: Órgão Competente (DG) Proposta: Chefe de Divisão e Director de Serviços Elaboração de proposta: Técnico da U.O.	<ul style="list-style-type: none"> <li>◇ Chek list da documentação apresentada</li> <li>◇ Manual de procedimentos</li> <li>◇ Divulgação das Cooperativas reconhecidas na página Internet da DGADR</li> </ul>
DSATAR (cont.)	EPDTR	Emissão de Pareceres sobre pedidos de Reconhecimento de Artesãos e Unidades Produtivas Artesanais	Emissão do Parecer	Favorecimento	DECISÃO: Órgão Competente (DG) Proposta: Chefe de Divisão e Director de Serviços Elaboração de proposta: Técnico da U.O.	<ul style="list-style-type: none"> <li>◇ Existência no processo de toda a informação necessária à decisão <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Existência de procedimentos escritos e de check-list para confirmação dos documentos obrigatórios</li> </ul> </li> <li>◇ Elaboração de proposta de parecer por técnico designado <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Existência de legislação que enquadra o parecer</li> </ul> </li> <li>◇ Validação da proposta de parecer</li> </ul>
		Emissão de Pareceres sobre empreendimentos de Turismo em espaço Rural	Emissão do Parecer	Favorecimento	DECISÃO: Órgão Competente (DG) Proposta: Chefe de Equipa e Director de Serviços Elaboração de proposta: Técnico da U.O.	<ul style="list-style-type: none"> <li>◇ Existência no processo de toda a informação necessária à decisão <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Existência de procedimentos escritos</li> </ul> </li> <li>◇ Elaboração de proposta de parecer por técnico designado <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Existência de legislação que enquadra o parecer</li> </ul> </li> </ul>

PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS

Direcção Serviços	Unidade Flexível	Actividades susceptíveis de risco	Actos associados	Riscos identificados	Intervenientes (Responsabilidade)	Medidas Preventivas
DSHEAR	DIH	Aquisição de Estudos e Serviços	Adjudicação	Favorecimento na escolha do Adjudicatário	DECISÃO: Órgão Competente (Ministro; Secretário de Estado; DG)  Proposta: Júri do Procedimento	<ul style="list-style-type: none"> <li>◇ Diversificar a composição do júri <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Nomeações rotativas por Ordens de Serviço Publicadas na Intranet</li> </ul> </li> <li>◇ Acautelar situações de impedimento na composição do júri ou de quem preparar o procedimento <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Apresentação de declaração de não impedimento</li> </ul> </li> <li>◇ Impedir que quem participou na elaboração das peças dos procedimentos integre os respectivos júris <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Assegurar a identificação do técnico que preparou o procedimento</li> </ul> </li> </ul>
			Elaboração de cláusulas técnicas	Favorecimento de fornecedores de materiais ou equipamentos a aplicar	DECISÃO: Órgão Competente (DG)  Proposta: Chefe de Divisão e Director de Serviços  Elaboração de proposta: Técnicos da U.O.	<ul style="list-style-type: none"> <li>◇ Omissão de quaisquer marcas comerciais ou mesmo a referência "tipo"</li> <li>◇ Quem preparar as cláusulas técnicas pode integrar o júri do procedimento mas será sempre minoritário</li> </ul>
	DEAR	Empreitadas de Obras Públicas	Adjudicação	Favorecimento na escolha do Adjudicatário	DECISÃO: Órgão Competente (Ministro; Secretário de Estado; DG)  Proposta: Júri do Procedimento	<ul style="list-style-type: none"> <li>◇ Diversificar a composição do júri <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Nomeações rotativas por Ordens de Serviço Publicadas na Intranet</li> </ul> </li> <li>◇ Acautelar situações de impedimento na composição do júri ou de quem preparar o procedimento <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Apresentação de declaração de não impedimento</li> </ul> </li> <li>◇ Impedir que quem participou na elaboração das peças dos procedimentos integre os respectivos júris <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Assegurar a identificação do técnico que preparou o procedimento</li> </ul> </li> </ul>

PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS

Direcção Serviços	Unidade Flexível	Actividades susceptíveis de risco	Actos associados	Riscos identificados	Intervenientes (Responsabilidade)	Medidas Preventivas
DSHEAR (cont.)	DEAR (cont.)	Empreitadas de Obras Públicas	Elaboração de clausulas técnicas dos procedimentos	Favorecimento de fornecedores de materiais ou equipamentos a aplicar	DECISÃO: Órgão Competente (DG) Proposta: Chefe de Divisão e Director de Serviços Elaboração de proposta: Técnicos da U.O.	<ul style="list-style-type: none"> <li>◇ Omissão de quaisquer marcas comerciais ou mesmo a referência "tipo"</li> <li>◇ Quem preparar as cláusulas técnicas pode integrar o júri do procedimento mas será sempre minoritário</li> </ul>
			Fiscalização da Empreitada	Favorecimento do Adjudicatário	Activos Fiscais de Campo Engº. Fiscal (Dono de obra) Verificação: Chefe de Divisão, Director de Serviços Nomeação: Director-Geral	<ul style="list-style-type: none"> <li>◇ Evitar que a equipa de fiscalização integre mais do que 1 elemento do júri do procedimento</li> <li>◇ Justificação fundamentada dos trabalhos a mais (caso existam) e de acordo com a legislação em vigor</li> <li>◇ A equipa de fiscalização só será nomeada em Ordem de Serviço após conhecimento do adjudicatário</li> <li>◇ A equipa de vistoria para as recepções não incluirá qualquer elemento da fiscalização</li> </ul>
		Expropriações *	Adjudicação do Perito de Lista Oficial	Favorecimento na escolha	DECISÃO: Órgão Competente (DG) Proposta: Chefe de Divisão e Director de Serviços Elaboração de proposta: Técnicos da U.O.	<ul style="list-style-type: none"> <li>◇ Diversificar a escolha</li> <li>◇ Fazer um programa que assegure a escolha aleatória do Perito, de entre os mais habilitados na área de terrenos e bens rústicos e/ou agrícolas</li> </ul>
		Indemnizações *	Cálculo do Valor da Indemnização	Favorecimento por avaliação mais elevada a algum proprietário	DECISÃO: Órgão Competente (DG) Proposta: Chefe de Divisão e Director de Serviços Elaboração de proposta: Técnicos da U.O.	<ul style="list-style-type: none"> <li>◇ Criar tabelas que sejam utilizadas por todos os técnicos</li> </ul>

\* Em qualquer das situações poderá ser pedida uma declaração aos intervenientes em como não têm qualquer tipo de impedimento por conhecimento ou grau de parentesco de forma directa ou indirecta com o indemnizado e/ou expropriado

PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS

Direcção Serviços	Unidade Flexível	Processos/Actividades susceptíveis de risco	Actos associados	Riscos identificados	Intervenientes (Responsabilidade)	Medidas Preventivas
DSRRN	DPRS	Participação em Planos de Ordenamento do território	Classificação de solos em sede dos Planos de Ordenamento do Território	Favorecimento de privados ou Organizações na Reclassificação do solo de Rural para urbano, com a criação de mais valias	DECISÃO: Órgão Competente – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), Comissão de Acompanhamento (CA)  Proposta: Votação no âmbito da CA e pareceres sectoriais	<ul style="list-style-type: none"> <li>◇ Acautelar situações de impedimento ou interesses particulares por parte do representante na CA <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Triagem dos representantes nas CA com exclusão dos que apresentem incompatibilidades ou interesses pessoais na área de actuação</li> </ul> </li> <li>◇ Assegurar a rotatividade da representação nas CA e a coordenação interna das respectivas intervenções <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Gestão da participação nos vários planos, coordenação superior por dossier e uniformização dos procedimentos</li> </ul> </li> <li>◇ Produção e aplicação de Manual de Procedimentos através da divulgação e formação</li> </ul>
			Pareceres e consultas prévias	Gerar direitos adquiridos, expectativas e ou especulação imobiliária nas fases preparatórias dos planos	Elaboração: técnicos da Unidade Orgânica  Verificação: Chefe de Divisão; Director de Serviços	<ul style="list-style-type: none"> <li>◇ Contactos somente a nível oficial e por escrito</li> <li>◇ Envolvimento permanente do superior hierárquico nos contactos</li> <li>◇ Solicitação dos todos os elementos de decisão, cartografia e memórias descritivas a título oficial, previamente à emissão de qualquer parecer.</li> </ul>
	DRQA	Processo de não utilização de solos Agrícolas, de área beneficiada, de prédio em Aproveitamento Hidroagrícola	Não Utilização de solos agrícolas de acordo com o disposto no art. 95.º do Decreto-Lei n.º 269/82, de 10 de Julho, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 86/2002, de 6 de Abril.	Favorecimento de Privados ou Organizações na inutilização de solos, de parcelas dos Aproveitamentos Hidroagrícolas, com a criação de mais valias	DECISÃO: Órgão Competente (DG)  Proposta: Chefe de Divisão e Director de Serviços  Elaboração de proposta: Técnicos da U.O.	<ul style="list-style-type: none"> <li>◇ Acautelar situações de impedimento ou interesses particulares por parte dos intervenientes <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Triagem dos intervenientes/técnicos com exclusão dos que apresentem incompatibilidades ou interesses pessoais na área de actuação</li> </ul> </li> <li>◇ Assegurar a coordenação interna das respectivas intervenções <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Coordenação superior por processo e uniformização dos procedimentos</li> </ul> </li> <li>◇ Produção e aplicação de Manual de Procedimentos através da divulgação e formação</li> </ul>

PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRACÇÕES CONEXAS

Direcção Serviços	Unidade Flexível	Processos/Actividades susceptíveis de risco	Actos associados	Riscos identificados	Intervenientes (Responsabilidade)	Medidas Preventivas
DSRRN (cont.)	DRQA (cont.)	Processo de não utilização de solos Agrícolas, de área beneficiada, de prédio em Aproveitamento Hidroagrícola	Pareceres e consultas prévias	Gerar direitos adquiridos, expectativas e ou especulação imobiliária nas fases preparatórias dos processos	Elaboração: técnicos da Unidade Orgânica  Verificação: Chefe de Divisão; Director de Serviços	<ul style="list-style-type: none"> <li>◊ Contactos somente a nível oficial e por escrito</li> <li>◊ Envolvimento permanente do superior hierárquico nos contactos</li> <li>◊ Solicitação dos todos os elementos de decisão, cartografia e memórias descritivas a título oficial, previamente à emissão de qualquer parecer.</li> </ul>

PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS

Direção Serviços	Unidade Flexível	Processos/Actividades susceptíveis de risco	Actos associados	Riscos identificados	Intervenientes (Responsabilidade)	Medidas Preventivas
DSPFSV	DHATEAIPF	Avaliação de produtos fitofarmacêuticos e biocidas preservadores de madeira e concessão de Autorizações Provisórias de Venda ou Autorizações de Venda	Concessão de Autorizações Provisórias de Venda ou Autorizações de Venda	Favorecimento da empresa na emissão de pareceres das diversas áreas intervenientes na oportunidade da análise ou da concessão da autorização de venda.	DECISÃO: Órgão Competente (DG)  Proposta: Chefe de Divisão e Director de Serviços  Elaboração de proposta: Técnicos da U.O. com base nos pareceres das áreas de avaliação biológica, físico-química e toxicologia, ambiente, ecotoxicologia e avaliação de resíduos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>◇ Data de entrada dos processos controlada <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Existência de aplicação informática com registo de movimentos (entradas, circuito e finalização) relativos a cada processo.</li> </ul> </li> <li>◇ Contacto dos avaliadores com as firmas resumidas a contactos oficiais estritamente necessários e relacionados com pedidos de esclarecimentos decorrentes de avaliação técnica dos processos <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Aplicação estrita de manual de procedimentos</li> </ul> </li> <li>◇ Designação de interlocutor com as empresas, sem intervenção na decisão <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Assegurar um único canal de contacto</li> </ul> </li> </ul>
		Controlo das condições de autorização de produtos fitofarmacêuticos preservadores de madeira	Recolha de amostras de produtos fitofarmacêuticos e preservadores de madeira para efeitos de controlo.	Informação privilegiada e antecipada do programa de colheita de amostras.	DECISÃO: Órgão Competente (DG)  Proposta: Chefe de Divisão e Director de Serviços  Elaboração de proposta: Técnicos da U.O.	<ul style="list-style-type: none"> <li>◇ Acompanhamento do cumprimento do programa de controlo. <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Elaboração do plano de controlo com discriminação de substâncias activas e locais de amostragem.</li> </ul> </li> <li>◇ Acto de recolha de amostras sem conhecimento prévio. <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Distribuição de tarefas em todo o acto de controlo.</li> </ul> </li> <li>◇ Existência de manual de procedimentos <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Elaboração de manual de recolha e amostragem de produtos fitofarmacêuticos preservadores de madeira..</li> </ul> </li> </ul>

PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS

Direcção Serviços	Unidade Flexível	Processos/Actividades susceptíveis de risco	Actos associados	Riscos identificados	Intervenientes (Responsabilidade)	Medidas Preventivas
DSPFSV (cont.)	DABSV	Reconhecimento e inspecção da actividade das Organizações Oficialmente Reconhecidas (O.O.R)	Reconhecimento das actividades das O.O.R.	Favorecimento das O.O.R durante o processo de reconhecimento e respectiva manutenção com base em pareceres.	DECISÃO: Órgão Competente (DG)  Proposta: Chefe de Divisão e Director de Serviços  Elaboração de proposta: Técnicos da U.O.	<ul style="list-style-type: none"> <li>◇ Registo das entradas dos processos <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Auditorias aleatórias aos registos</li> </ul> </li> <li>◇ Registo dos actos conducentes ao parecer favorável ao reconhecimento <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Elaboração de base de dados</li> </ul> </li> <li>◇ Escolha aleatória dos técnicos das equipas de inspecção <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Registo da indicação dos técnicos para o acto inspectivo</li> </ul> </li> <li>◇ Designação de interlocutor com as empresas, sem intervenção na decisão. <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Assegurar um único canal de contacto</li> </ul> </li> </ul>
DSPFSV		Acreditação dos Técnicos responsáveis de acordo com o D.L n.º 173/2005.	Acreditação de Técnico Responsável	Favorecimento dos requerentes relativamente aos requisitos exigidos por Lei	DECISÃO: Director de Serviços  Proposta: Equipa de Avaliação	<ul style="list-style-type: none"> <li>◇ Existência de Manual de Procedimentos. <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Elaboração do manual de Procedimentos</li> </ul> </li> <li>◇ Verificação aleatória das condições de admissão <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Garantia de cruzamento de dados</li> </ul> </li> <li>◇ Registos das entradas dos processos <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Existência de base de dados</li> </ul> </li> </ul>
		Autorizações para o exercício de actividades de comercialização e aplicação de produtos fitofarmacêuticos	Autorização de exercício de actividade de comercialização e aplicação de produtos fitofarmacêuticos	Favorecimento dos requerentes nas decisões sobre pareceres enviados pelas DRAP.	DECISÃO: Órgão Competente (DG)  Proposta: Director de Serviços  Elaboração de proposta: Equipa de Avaliação	<ul style="list-style-type: none"> <li>◇ Existência de Manual de Procedimentos <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Elaboração do Manual de Procedimentos</li> </ul> </li> <li>◇ Registo das entradas dos processos <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Existência de base de dados</li> </ul> </li> </ul>

PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS

Direcção Serviços	Unidade Flexível	Processos/Actividades susceptíveis de risco	Actos associados	Riscos identificados	Intervenientes (Responsabilidade)	Medidas Preventivas
DSFMMP	DSVRG DIFP	Registo/Licenciamento de Operadores económicos	Licenciamento de Operadores económicos	Favorecimento no acto de licenciamento	Proposta: Chefe de Divisão  Parecer: Director de Serviços  DECISÃO: Director-Geral	◊ A concessão de um licenciamento envolve sempre pelo menos a intervenção de 4 funcionários nas várias fases do processo em função da suas diferentes funções: 2 que elaboram o dossier técnico; o CD que efectua a avaliação e elabora proposta, o DS que emite parecer para o DG.
		Emissão de etiquetas	Emissão de etiquetas	Favorecimento no acto de emissão de etiquetas	Técnicos  Auditor  DECISÃO: Chefe de Divisão	◊ Processo incluído no Sistema de certificação de materiais de multiplicação de plantas onde há a participação de diferentes entidades. No caso das sementes, processo incluído no Sistema de Gestão da Qualidade do Laboratório de Ensaio de Sementes, pelo que a execução das várias actividades são sujeitas a controlo interno que incluem auditorias.
		Emissão de pareceres à importação de semente	Emissão de pareceres à importação de semente	Favorecimento na emissão de pareceres à importação	Técnicos  DECISÃO: Chefe de Divisão	◊ São realizados controlos internos aleatórios.
	DIFP	Inspecção das unidades industriais de tratamento de madeiras	Inspecção e registo das Unidades de tratamento de madeiras	Favorecimento no acto de inspecção	Inspectores fitossanitários/Técnicos MADRP  Auditores DGADR  DECISÃO: Chefe de Divisão	◊ Participam diversas entidades, nomeadamente a DGADR e Direcções Regionais de Agricultura e Pescas (DRAPs) e são efectuadas auditorias periódicas ao funcionamento de todo o sistema.
		Emissão de passaportes fitossanitários para tratamento de madeiras de coníferas	Emissão de passaportes fitossanitários para tratamento de madeiras de coníferas	Favorecimento na emissão de passaportes fitossanitários. Não confirmação do tratamento fitossanitário efectuado.	Inspectores fitossanitários/Técnicos MADRP  Auditores DGADR	◊ Existem inspecções fitossanitárias em contínuo e auditorias periódicas que verificam o cumprimento da exigência fitossanitária

PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS

Direcção Serviços	Unidade Flexível	Processos/Actividades susceptíveis de risco	Actos associados	Riscos identificados	Intervenientes (Responsabilidade)	Medidas Preventivas
DSFMMP (cont.)	DSVRG	Certificação de semente	Certificação de semente	Favorecimento na certificação de semente	Técnicos Auditores DECISÃO: Chefe de Divisão	◊ Processo incluído no Sistema de Gestão da Qualidade do Laboratório de Ensaio de Sementes, pelo que a execução das várias actividades são sujeitas a controlo interno que incluem auditorias internas e externas. Igualmente existe uma definição de funções atribuídas a diversos funcionários a par com o sistema de rastreabilidade e de registos em prática.
		Catálogo Nacional de Variedades (CNV)	Catálogo Nacional de Variedades	Favorecimento na inscrição de variedades no CNV	Técnicos Proposta: Director-Geral Aprovação: Conselho Nacional de Protecção da Produção Vegetal	◊ Todas as variedades candidatas aos CNV recebem um código interno, sendo durante todo o período de ensaios, apenas identificadas com esse código. A descodificação só é realizada após a tomada de decisão sobre a inscrição ou rejeição da variedade. As variedades testemunha e os critérios de avaliação são sempre previamente aprovados. As decisões são tomadas em Conselho Nacional de Protecção da Produção Vegetal. Está em fase de implementação de um Sistema de gestão de qualidade.
		Produtos agrícolas produzidos no Núcleo de Ensaios e de Controlo do Escaroupim (NECE)	Produtos agrícolas produzidos no NECE	Venda de produtos agrícolas provenientes dos ensaios realizados no NECE.	Técnicos Responsável do NECE	◊ Os produtos agrícolas obtidos no NECE são produzidos nos vários ensaios aí executados. Apenas podem ser vendidos os excedentes não usados nos estudos das variedades. Por ensaio calculada a sua produção. São mantidos registos sobre o destino dessa produção (ensaio, venda, doação, danificado). O cálculo da produção é efectuado por 2 funcionários, sendo o registo do seu destino da responsabilidade do responsável do NECE.

## **8 – Medidas Complementares**

Além da aplicação das medidas preventivas já implementadas haverá que, no decurso do ano de 2010:

- Promover o desenvolvimento e utilização das que embora identificadas carecem ainda do estabelecimento de procedimentos concretos, ou da revisão dos mesmos face à necessidade da sua uniformização;
- Aprofundar a caracterização dos riscos de corrupção associados às actividades desenvolvidas pela DGADR e melhorar as correspondentes medidas preventivas;
- Definir modelos de declarações de compromissos relativas a incompatibilidades, impedimentos e escusa, e generalizar o seu uso;
- Divulgar o presente Plano;
- Disponibilizar os manuais de procedimentos;
- Elaboração de Código de Conduta da DGADR;
- Promover a cultura anti-corrupção na DGADR através de acções de divulgação a realizar junto dos seus colaboradores;
- Divulgar, através da página internet da DGADR as decisões que se traduzam na concessão de benefícios públicos;
- Garantir de forma pró-activa o acesso aos documentos administrativos, nos termos do disposto na Lei n.º 46/2007, de 24 de Agosto.

## **Parte III**

### **9 – Controlo e Monitorização do Plano**

Em cada unidade orgânica é responsável pela implementação do Plano o respectivo Director de Serviços coadjuvado pelos correspondentes Chefes de Divisão e Chefes de Equipa (quando aplicável).

Por despacho do Director-Geral será constituído um Grupo de Coordenação e Monitorização do Plano de Gestão dos Riscos de Corrupção e Infracções Conexas, para coordenar a sua implementação, realizar reuniões periódicas de acompanhamento e elaborar o relatório anual de execução do Plano.

## **FICHA TÉCNICA**

**Edição:** Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural

**Coordenação:** Grupo de Trabalho de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas da DGADR

**Tiragem:** 30 exs; 2009/12

Série Programação nº 44  
ISSN 0872-993X

**Distribuição:** DSIGA / Divisão de Planeamento, Documentação e Informática  
Tapada da Ajuda, Edifício I – 1349-018 LISBOA  
Telfs: 213613200 – 2123613283 – Linha azul: 213613288 – Fax: 213613277  
E-mail: dpdi.pub@dgadr.pt